



FNP pede rejeição de projeto que libera FGTS em caso de demissão voluntária

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) deliberou, em sua 74^a Reunião Geral, pela rejeição do Projeto de Lei nº 392/2016 que libera saques de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em caso de demissão voluntária. Esses recursos têm reflexo direto nos investimentos em infraestrutura urbana.

Segundo informações técnicas da CAIXA, o impacto estimado nos investimentos será de cerca de R\$ 23 bilhões em 2019. A indisponibilidade desses recursos poderá tornar ainda mais grave o déficit habitacional que já atinge o patamar de 7 milhões de moradias. A medida dificultará, ainda, o financiamento de obras necessárias para a universalização do saneamento básico, indispensável para a saúde pública.

A FNP tem acompanhado, com preocupação, a aprovação de projetos que determinam novas despesas, sem a indicação das respectivas fontes de receitas. Essa situação tem inviabilizado, de modo crescente, a disponibilidade de recursos municipais para investimentos. Portanto retirar do FGTS a capacidade de financiar a infraestrutura do país, poderá levar o Brasil para o gravoso cenário de comprometimento do desenvolvimento socioeconômico.

Diante da gravidade da situação, a FNP reforça o pedido para que os senadores rejeitem o PLS nº 393/16.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS

São Caetano do Sul/SP, 27 de novembro de 2018